

## AS COLEÇÕES DE ARQUEOLOGIA PRÉ-COLONIAL BRASILEIRA DO MAE/USP: UM EXERCÍCIO DE DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA

Marilúcia Bottallo\*

BOTTALLO, M. As coleções de Arqueologia Pré-Colonial Brasileira do MAE/USP: um exercício de Documentação Museológica. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 8: 257-268, 1998.

**RESUMO:** O presente estudo se ocupa em descrever os métodos de trabalho da documentação de gestão museológica aplicada à realidade institucional do MAE e, mais especificamente, a partir das questões apresentadas pela coleção de arqueologia pré-histórica brasileira.

**UNITERMOS:** Documentação Museológica – Metodologia – Gerenciamento de Acervos – Banco de Dados – Ficha Catalográfica.

A Documentação Museológica, definida como um sistema de trabalho relacionado ao gerenciamento de museus é uma das áreas aplicadas da Ciência Museológica e se define por métodos que procuram tratar todo tipo de informação, sobre qualquer suporte, desde que se relacione com coleções de museu ou tratadas sob o aspecto da possibilidade de musealização.

O Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE) surgiu como resultado de um processo de fusão ratificado por meio da Resolução 3560 de 12.08.1989 da Reitoria e que reúne os acervos dispersos por várias unidades da Universidade de São Paulo. Dessa forma, foram unificadas as coleções de: arqueologia e etnologia brasileiras e arqueologia pré-colombiana do *Museu Paulista*, os acervos de arqueologia mediterrânica, médio oriental e pré-colombiana e de etnologia africana e afro-bra-

sileira do *antigo MAE*<sup>1</sup>, as coleções de arqueologia brasileira do *Instituto de Pré-História* e de etnologia brasileira e arqueologia pré-colombiana do *Acervo Plínio Ayrosa*.

Tal processo de fusão teve como resultado vivências profissionais que exigiram adaptações e/ou remodelações em várias instâncias e, em uma delas fundamentalmente, a documentação museológica. Isso porque, diferentemente de outras áreas correlatas tais como a biblioteconomia e a arquivologia, não há sistemas padronizados de caráter internacional que permitam que as linguagens documentárias para gestão de acervos museológicos sejam uniformes.

De fato, o que existe são *procedimentos normatizados* por meio de tipos documentais distintos tais como fichas catalográficas, livros de tomo e inventários. Porém, os conteúdos de tais docu-

(\*) Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, Serviço Técnico de Curadoria, Equipe de Documentação Museológica.

(1) Convencionou-se, nesse texto, diferenciar entre antigo e novo MAE, pois, a USP abrigava um museu que foi extinto com o processo de fusão com a mesma denominação.

mentos de controle são múltiplos e modificados em função das necessidades de cada coleção em particular.

Com a inevitabilidade das exigências de ajustes à nova situação que se apresentou com a fusão dos acervos, foi possível que identificássemos, por meio da Documentação Museológica, uma realidade heterogênea: vários sistemas particulares de gerenciamento e controle que referendavam as práticas institucionais de origem.

É necessário ressaltar que o processo de reconhecimento dos sistemas refere-se não apenas ao formato e conteúdo dos documentos produzidos e coletados e seus respectivos métodos de armazenamento e recuperação, mas também, às diferentes formas científicas de abordar os objetos e artefatos em cada uma das instituições.

O Museu Paulista e o antigo MAE tiveram a oportunidade de tratar seu acervo sob o ponto de vista da documentação museológica pois, evidentemente, ambas tinham uma preocupação institucional explícita em função dos processos de comunicação e extroversão. O Instituto de Pré-História, sob o ponto de vista da extroversão, contava com programas museológicos que atuavam nos aspectos da comunicação (por meio de exposições) e de ação educativa. Quanto ao Acervo Plínio Ayrosa, que também mantinha exposições museológicas, o tratamento do acervo priorizava uma abordagem científica, na qual a comunicação segue os padrões da academia (redação de teses e artigos, palestras, conferências, aulas e outros fins), porém com a atenção voltada para estudos sobre a coleção, o que permite um conhecimento bastante otimizado dos grupos étnicos representados. Seu sistema documental, semelhante mas não idêntico, ao utilizado no Museu Paulista, reflete tal preocupação.

Isso significa que o MAE 'herda' quatro estruturas organizadas de maneiras diferentes em relação aos processos de catalogação, organização e gerenciamento de seu material coletado. Ao mesmo tempo, a fusão transformou coleções de pequeno e médio porte em uma única coleção, a partir de então, considerada grande para o perfil das instituições do gênero no meio museológico nacional.

Na prática, tais conjuntos particulares de convenções contam com estratégias metodológicas diversas. Entre outras estão os sistemas de numeração dispostos e coordenados de maneiras distin-

tas.<sup>2</sup> Além disso, estão sendo encontradas quantidades expressivas de peças com problemas de números repetidos ou ainda, nenhum registro, o que significa que, muito provavelmente, não passaram, até o momento, pelos processos de catalogação e, até mesmo, de patrimonialização.

A Documentação de Gestão Museológica, reconhecida como um dos pilares sobre os quais se fundam os princípios da missão institucional, no MAE, tem enfrentado questões relativas à padronização do sistema como um todo para que seja possível, por um lado, dar um perfil para a instituição, eliminando as diferenças de tratamento anteriores, mas também mantendo o cuidado de garantir, na atividade de curadoria documental, as especificidades relativas à origem das peças, formas de coleta e processos de comunicação que, evidentemente, não se referem apenas à história das coleções mas também àquela das instituições de origem e do próprio MAE a partir de 1989.

Com um acúmulo de questões distintas e a exigência em curar a coleção como um todo, foi necessário perceber as particularidades no tratamento de cada uma.

Para tanto, foi preciso investir na renovação e aplicação otimizada de uma das estratégias metodológicas em uso nos processos da Documentação Museológica, qual seja: a *ficha catalográfica*. Tal tipo documental é um instrumento de trabalho que reúne informações de diversas fontes: administrativas, jurídicas, culturais, materiais, bibliográficas, históricas e topográficas. Em função disso, muitas vezes, o trabalho do documentalista é identificado com a busca, organização, preenchimento padronizado e revisão das informações ali contidas. Embora essa atividade ocupe grande parte da preocupa-

(2) O *Museu Paulista* registrava suas peças utilizando um número seqüencial, de um (001) a infinito, para as coleções etnográficas. As coleções arqueológicas recebiam um número de coleção e cada peça, um número seqüencial dentro da coleção (ex. 030-15). O *Acervo Plínio Ayrosa* definia um número de identificação de áreas culturais, reconhecidas por seus vários grupos, seguido de um ponto (.) e o número seqüencial para a peça pertencente àquele grupo. O antigo MAE utilizava um sistema tri-partido que reconhecia com dois dígitos o ano de entrada da peça no museu seguido de uma barra (/), o número para a coleção (quando fosse o caso), seguido de um ponto (.) e o número da peça dentro da coleção. Finalmente, o *Instituto de Pré-História* não fazia uso de qualquer tipo de numeração, a não ser aquela praticada pelos arqueólogos no laboratório.

ção do museólogo-documentalista, ela não se restringe a tal.

A partir da análise das coleções existentes no MAE e seu perfil, suas necessidades de tratamento científico, a autora desse texto elaborou em 1995, uma nova ficha catalográfica em substituição às outras existentes. A nova ficha também priorizou a criação de um sistema de perguntas – através dos ‘descritores’<sup>3</sup> – que pudessem dar uma idéia do MAE e não de coleções distintas. Dessa maneira, também, ficou determinado que as pesquisas e registros de unidades de dados nas fichas catalográficas precisavam corresponder a exigências de caráter museológico nos níveis da salvaguarda e da comunicação. Para dar conta de tais objetivos, o trabalho da Documentação Museológica priorizou o reconhecimento e compreensão das coleções que compõem o acervo como um todo, de maneira que as ‘questões’ levantadas pela ficha catalográfica, possam corresponder ao potencial de trabalho no museu por meio daquelas (coleções).

O método de revisão e elaboração foi baseado em várias etapas: 1) avaliação das fichas existentes e sua eficiência; 2) levantamento dos campos comuns às áreas arqueológica e etnográfica; 3) eliminação de campos supérfluos ou excessivamente analíticos; 4) junção de itens ou campos redundantes; 5) design da nova ficha;<sup>4</sup> 6) elaboração de um manual de preenchimento com a descrição de cada item e a explicação correspondente ao seu significado e forma de inserção dos dados; 7) apresentação a alguns membros da comunidade científica do MAE para avaliação e testes; 8) revisão e atualização dos descritores.

A nova ficha tem sido testada substancialmente e vem sofrendo alterações, mas, desde então, está gradualmente substituindo as pré-existentes, configurando, assim, o primeiro tipo documental trabalhado de forma sistemática para responder às exigências científicas de perfil museológico do MAE.

(3) De acordo com o *Dicionário de Terminologia Arquivística*, o verbete **Descritor** corresponde a “palavra, expressão ou símbolo convencionados para expressar o conteúdo de documentos e possibilitar sua recuperação”. Dessa forma, o uso do conceito descritor foi adaptado não ao conteúdo do documento mas à terminologia usada como palavra-chave no processo de busca da informação. (Camargo & Bellotto, 1996).

(4) O design da nova ficha catalográfica foi executado em 1995 em Page Maker pela Analista de Comunicação Visual do MAE, Denise Dal Pino de Souza.

Creio não ser demais reforçar que a atualização da ficha não foi proposta apenas para padronizar o formato ou ainda, tamanho, cor e disposição dos dados, pois, de tal maneira, seria investir em uma redundância. Tal substituição foi necessária porque, além de haver várias fichas com diferentes características, estas não mais representam o perfil institucional do MAE, como também criam entraves na busca e recuperação de dados e documentos.<sup>5</sup>

Uma ficha catalográfica que pudesse identificar o MAE tornou-se uma demanda legítima a partir da nova realidade de um museu que reúne acervos tão diversos, mas que, ao mesmo tempo, podem ser agrupados em grandes áreas de abordagem e de conhecimento definidos na sua própria nomeação: Arqueologia e Etnologia.

Instala-se, nesse ponto, uma diferença crucial entre os tratamentos documentários de áreas e instituições congêneres. Embora, tal como nas bibliotecas ou arquivos, os métodos da documentação se refiram aos objetos, entendidos como suportes de informação, seu papel está vinculado à preservação e recuperação de dados, não somente a partir dos objetos-suporte, mas também sobre eles (sua materialidade, composição, forma de coleta etc.). Reitero que o procedimento documental em um museu será sempre voltado para seu acervo, apesar de estar claro que este também é, por meio do viés cultural, um documento. O registro dos eventos relacionados ao acervo redundante, quando inserido em um sistema de gerenciamento eficaz, na manutenção da possibilidade de revisão da própria memória institucional.

Paralela e prioritariamente, outro dos objetivos do sistema de Documentação Museológica é permitir a possibilidade de que a consulta aos documentos possa substituir, sempre que possível aquela feita aos objetos.<sup>6</sup>

(5) Na verdade, a persistência dos entraves de busca ainda existem, pois a substituição é gradual e ainda não alcançou a coleção como um todo. Longe disso, nesse período de transição é preciso manter os múltiplos sistemas em funcionamento para não incorrer no risco desnecessário e irreversível da perda de informações e de reinícios intermináveis de catalogação.

(6) Os procedimentos de salvaguarda dos objetos museológicos compreendendo os aspectos da Documentação e da Conservação, irão sempre propor que a exposição de objetos – no sentido *latu* – somente ocorra quando absolutamente necessária. Uma dessas prioridades incontestes é a comunicação pública por meio das exposições museológicas. Quan-

Todas as estratégias da documentação museológica realizam seus pressupostos objetivando a preservação, reconhecimento, hierarquização, guarda e recuperação do objeto material e suas informações, permitindo que, através da consulta a seus arquivos e bancos de dados, seja possível acessar documentos de gradações diversas, que estejam relacionados com a coleção do museu e cujo uso possibilite a divulgação de seus conteúdos, respeitando os princípios estabelecidos por meio de um plano diretor.

Em relação ao MAE, para poder abarcar o acervo como um todo, foi necessário, depois de verificações e testes, e tendo como base a realidade institucional, estabelecer uma metodologia de 'ataque' cujo procedimento foi estabelecido sobre uma segmentação (ou setorização) sem a qual se tornaria impossível compreender os universos particulares que compõem tal complexo. Mais uma vez é preciso lembrar que uma das características do MAE (e do tratamento com cultura material em geral), está nas infinitas possibilidades de estudos e abordagens particulares que permite um acervo tão diverso.

Portanto, a Documentação Museológica deve permitir que a aproximação dos objetos aconteça de tal forma que o sistema de catalogação e gerenciamento, possa reconhecer sua heterogeneidade e distinção, de modo que tais diferenças sejam ressaltadas por procedimentos que têm suas características e potencial equiparados face à missão institucional. Em outras palavras, um dos princípios que orienta a atuação do documentalista de museus é a necessidade ética de tratar, com o mesmo grau de importância, qualquer tipo de documento, sem privilegiar ou fazer distinções sobre seu conteúdo ou conjecturar sobre o valor (científico, estético, ideológico e outros) das coleções em questão.

Dessa forma, em 1996, foi elaborado um projeto por um grupo multidisciplinar, conjugando esforços – até então dispersos – e objetivos comuns, tendo por fim trabalhar uma das coleções do MAE, reconhecida como a mais numerosa e aquela que nunca, até então, recebera um tratamento documen-

---

do se propõe que seu manejo seja reduzido, não se trata de retirá-los de circulação, mas de controlar o acesso buscando, assim, preservar o objeto-testemunho dos estados de ruína acelerada que são resultado, entre outros fatores, de uma manipulação excessiva, incorreta ou inútil.

tal sob o ponto de vista museológico: a de arqueologia pré-colonial brasileira originária sobretudo do Instituto de Pré-História, mas também do Museu Paulista e identificada dentre as coleções que resultaram de pesquisas arqueológicas sistemáticas.<sup>7</sup>

Outra particularidade desse acervo, que tornou urgente seu tratamento documental, é seu crescimento constante, pois é resultado de coleta de campo, atividade essa identificada como parte das tarefas de pesquisa científica do MAE.

Este projeto foi apresentado à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e aprovado em 1997. Após a aquisição de material de infra-estrutura básica e da estruturação de uma equipe, os trabalhos foram iniciados pressupondo uma conceituação prévia (estabelecida em linhas gerais no Projeto) quando se definiram sistemáticas de trabalho sob o ponto de vista documental, utilizando a estratégia metodológica da nova ficha catalográfica e o registro de dados em inventários específicos. Além disso, foi feita uma programação de operações de caráter pragmático objetivando, de acordo com a mesma estratégia, uma hierarquização e controle nos procedimentos de rastreamento, organização, registro dos dados sobre os objetos nos laboratórios e armazenagem em reserva técnica. Paralelamente, tem sido organizada a documentação primária proveniente das pesquisas de campo e de laboratório (obviamente àquelas a que o grupo tem acesso).

Não obstante, o MAE possui, além de sua sede na Cidade Universitária, o Centro Regional de Pesquisas Mario Neme (CRMN), situado na cidade de Pirajú, interior do Estado de São Paulo. As coleções do CRMN são resultado de um programa de

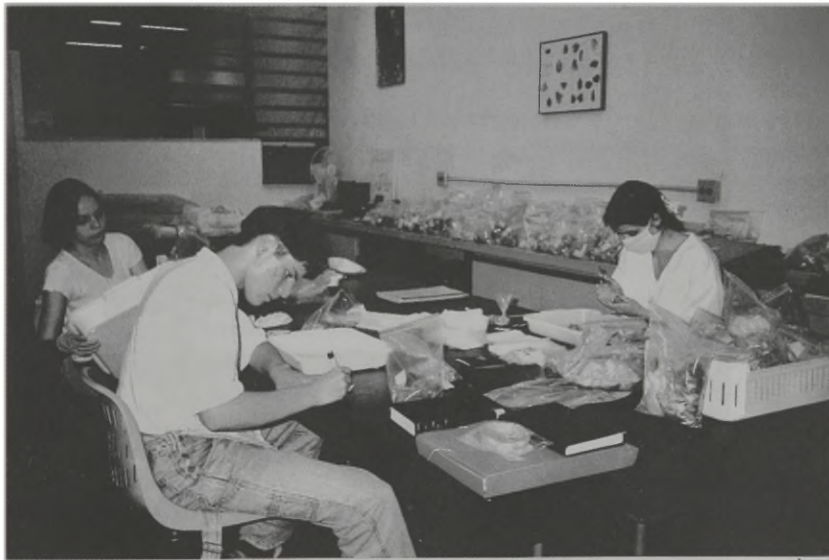
(7) Tal projeto conta com a coordenação geral e sub-coordenação dos arqueólogos do MAE, Profa. Dra. Marisa Coutinho Afonso e Prof. Dr. José Luiz de Moraes, respectivamente, e com responsabilidades técnicas especializadas nas áreas de curadoria de acervos arqueológicos: Sílvia Cristina Matta Piedade e de Documentação Museológica: esta autora. Além disso, há uma equipe permanente de funcionários do Laboratório de Arqueologia e frentes de trabalho que contam com o apoio intermitente de estagiários de vários níveis e uma consultoria especializada na área de informática: Armando Olivetti Ferreira, objetivando a implantação de um banco de dados informatizado. Contamos também com assessorias na área de conservação preventiva: Cibele Aldrovandi – na escolha de material de embalagem e armazenagem em reserva técnica – e Gedley Belchior Braga – na embalagem e armazenagem de material ósseo humano.

pesquisas arqueológicas voltado para os sítios do interior, até hoje atuante, e identificado como *Projeto Paranapanema*.<sup>8</sup>

O Projeto “Organização e Gerenciamento das Coleções Arqueológicas Pré-Históricas Brasileiras” (CAB) abarca também as coleções ali alocadas, o que implicou em um deslocamento de grupos de trabalho para o CRMN visando, em um primeiro momento, a implantação de tal sistemática e orientação da equipe local. Em seguida, foram para Pirajú frentes de trabalho para agilizar os processos de rastreamento e registro do grande número de coleções ali instaladas e, finalmente, para supervisão periódica dos trabalhos por parte das coordenações específicas.

Tanto em Pirajú como nos Laboratórios de Arqueologia do MAE, a metodologia adotada é clara e conhecida por todos os membros da equipe, consistindo basicamente em: localização das planilhas dos sítios; localização da coleção na Reser-

va Técnica; conferência das peças da coleção com as planilhas, cadernos de campo e diários; separação das peças por ordem numérica; numeração dos sacos plásticos de embalagem com os dados respectivos (número do sítio; nome do sítio; sigla do sítio; número de peças que vão dentro da embalagem); colocação das embalagens nas caixas plásticas de armazenagem; identificação das caixas com seus dados respectivos de conteúdo (sigla do sítio; número do sítio; categoria do material; numeração das peças que estão na caixa; quantificação das caixas correspondentes àquele sítio – Ex.: 1/3); pesquisa e registro sobre o histórico da coleção; preenchimento da ficha catalográfica do sítio. Para o banco de dados, foi estruturada não apenas a ficha catalográfica, como também os diversos inventários dos materiais arqueológicos recuperáveis através de sua composição material (artefatos líticos, cerâmicos e osteodontomalacológicos, fauna não trabalhada e esqueletos humanos) (Foto 1).



*Foto 1 – Etapas de trabalho no Laboratório de Arqueologia: rastreamento, identificação de material, embalagem, confecção de etiquetas e pesquisa sobre o histórico da coleção.*

(8) De acordo com Morais & Afonso, “O Projeto Paranapanema é dos mais antigos programas de pesquisa arqueológica do Brasil. Foi idealizado por Luciana Pallestrini, no final dos anos 60, tendo como área de atuação os territórios inseridos no trecho paulista da bacia do Rio Paranapanema. Privilegiando a criação ou adaptação de métodos e técnicas

para sítios de interior, proporcionou grande avanço na arqueologia paulista, praticamente restrita, até aquela época, às investigações dos sambaquis do litoral.” (Morais & Afonso, 1996).



O trabalho com material ósseo humano difere em alguns pontos mas, basicamente, segue os mesmos princípios.

Em relação às atividades da Documentação Museológica, face aos princípios de trabalho no MAE, é preciso ressaltar que quando um objeto arqueológico ou etnográfico chega a receber um tratamento documental, sob o ponto de vista da gestão museológica, já recebeu outros antes: no

campo, através dos processos de registro de identificação, análise e retirada do material; e no laboratório, por meio de numeração, triagem e classificação.

Faz-se necessário destacar o entendimento sobre o item classificação dentro do universo da museologia, já que áreas paralelas utilizam tal conceito de maneira diversa da qual fazemos<sup>9</sup> (Foto 2). Para a documentação de gestão museológica, a



*Foto 2 – Organização e armazenagem da coleção osteodontomacrológica do sítio Tenório, já triada, catalogada, inventariada e embalada.*

(9) Ainda citando o *Dicionário de Terminologia Arquivística*, o verbete **Classificação** entende que esta é uma “Sequência de operações que, de acordo com as diferentes estruturas, funções e atividades da entidade produtora, vi-

sam a distribuir os documentos de um arquivo.” (Camargo & Bellotto, 1996).

classificação é compreendida como uma etapa de caráter científico a ser cumprida pelos pesquisadores e curadores das diversas áreas de estudo do museu. Portanto, a classificação está menos vinculada, nesse caso, a uma ordenação hierarquizada, e mais aos métodos de reconhecimento científico e suas articulações. O processo que a biblioteconomia e a arquivologia reconhecem como classificação, a documentação museológica aproxima do conceito de catalogação, identificada como uma operação de inventário baseado em metodologia prévia que determina níveis de hierarquização dos processos de levantamento, reconhecimento e organização das informações sobre as peças da coleção.<sup>10</sup>

A documentação de gestão museológica, portanto, permite um reconhecimento do potencial de questionamentos que sugerem os objetos coletados. Seus objetivos estão diretamente vinculados com a possibilidade de musealização e os consequentes processos de comunicação: tanto por meio das exposições museológicas e ação educativa como pela pesquisa científica.

Outro objetivo fundamental da documentação museológica, nesse caso, em relação à arqueologia e à etnologia é a possibilidade de permitir através de seus registros, tanto a posse legal de material sob sua guarda como também participar de um diálogo que permita o intercâmbio institucional, uma vez que, por princípios éticos e científicos, os museus não precisam mais se preocupar em manter acervos de caráter universalista, papel auto-imposto por balizas históricas determinadas e já majoritariamente superadas, mas que geraram um acúmulo de material depositado em reservas técnicas com pouca função museológica e, muitas vezes, pouco aproveitado cientificamente.

Ainda nesse sentido, o projeto CAB propõe que o tratamento documental das coleções arqueológicas pré-históricas brasileiras defina, através de suas próprias características, tanto as coleções – ou parte delas – que possuem algum grau de musealização sob o aspecto da comunicação, em oposição àquelas que poderão compor os ‘depósitos de pes-

(10) A discussão semântica sobre os termos apresentados não é a prioridade desse texto, embora, longe de se restringir ao aspecto conceitual, esse dado facilita a delimitação do âmbito de atuação de cada uma das áreas – técnicas e científicas – dentro do museu, permitindo uma cooperação maior entre ambas, além de permitir o reconhecimento de uma sistemática de trabalho com gradações diversas.

quisa’,<sup>11</sup> pois, apesar de reconhecida sua importância sob o ponto de vista científico e, ainda que fazendo parte de uma coleção museológica, estabelecem diferenças nos processos de exposição e guarda.

Os depósitos de pesquisa, justificam o colecionismo de uma parcela expressiva da cultura material abrigada por muitos museus mas que não possuem características que permitam seu aproveitamento em processos expositivos. No entanto, possuem grande interesse sob o ponto de vista científico, cultural e didático, permitindo sua potencialização por meio de estudos especializados, ação educativa, projetos especiais etc.. Dessa forma, o depósito de pesquisa otimiza um uso diferenciado desse tipo de coleções de museus.

Essa é uma questão legal de extrema importância já que os objetos de caráter arqueológico e etnográfico são sempre considerados bens da União, também representada pelos Estados e Municípios e, através deste dispositivo, o museu torna-se uma entidade com um compromisso público dessa guarda autorizada (Foto 3).

Um outro aspecto fundamental do Projeto CAB foi o estabelecimento de uma parceria através da consultoria em informática que permitiu por meio do diálogo e instrumental técnico e metodológico de ambas as áreas, adaptar o sistema documental às exigências da linguagem informatizada. Após análise de alguns *softwares* disponíveis no mercado, tanto nacionais como estrangeiros, e avaliando a experiência de colegas de instituições museológicas na área,<sup>12</sup> pudemos decidir pelo desenvolvimento de um banco de dados apropriado para as

(11) O estabelecimento de depósitos de pesquisa ainda é novidade no meio museológico brasileiro. No entanto, vem sendo amplamente discutido em diversos países europeus, sobretudo na França, onde há definições oficiais a partir de seu Ministério da Cultura, objetivando regularizar seu uso e justificá-lo sob o ponto de vista legal. (Négrei 1992).

(12) Em 1997, participei do Encontro ‘Patrimônio em Perspectiva. Informatização de Acervos’ promovido pelo Museu Histórico da Cidade do Rio de Janeiro quando treze instituições apresentaram o resultado de seus trabalhos. Dentre todos cabe destacar aqueles do Museu Nacional de Belas Artes e do Instituto Cultural Itáú, ambos ‘pioneiros’ em uma época em que o recurso do *software* não existia e os sistemas tiveram, então, que ser desenvolvidos com tecnologia própria. O MNBA, seguindo sua vocação museológica, publicou um pequeno manual com o relato dos métodos e técnicas aplicados. (FERREZ et alii, 1984. inédito).



*Foto 3 – Método de identificação e armazenagem em reserva técnica.*

necessidades específicas do MAE. Foram levadas em conta as possibilidades de readaptação do sistema na medida de exigências renovadas, tanto de caráter técnico/científico das áreas de conhecimento do museu, quanto das melhorias e novidades constantes no âmbito da informática. Cabe ressaltar que, ainda que o projeto CAB tenha sido pensado para proceder ao inventário e registro da coleção de arqueologia pré-histórica brasileira, o sistema documental informatizado foi desenvolvido para compreender a coleção do MAE como um todo, exigência que é legitimada pela demanda de um acervo tão rico e diversificado. A concepção do sistema informatizado levou em conta o estabe-

lecimento de padrões para um uso de caráter ‘amigável’.

O processo de transferência do sistema documental baseado em arquivos de fichas manuais para um banco de dados informatizado exigiu uma nova revisão do uso dos campos descritores estabelecidos nas fichas, sua pertinência e a clareza dos métodos de preenchimento. Esse trabalho interdisciplinar permitiu deliberações que, na prática, redundaram em alterações de campos que: 1) foram fundidos em um único; 2) puderam desaparecer, tornando a lógica do processo mais clara para o usuário.

No primeiro caso, podemos citar o processo de fusão que foi feito em alguns descritores de



registro de dados de caráter administrativo, no caso, o descritor **modo de incorporação**. O início de discussão relevante foi de caráter semântico pelo qual a chamada do campo substituiu a antiga denominada **modo de aquisição**, que poderia restringir o caráter legal de modos de entrada no museu, ou seja, há situações jurídicas que não correspondem a um processo de aquisição efetivamente. É o caso de depósitos, comodatos, empréstimos e depósitos de pesquisa, além de coletas de campo. Na seqüência, o campo **procedência** desapareceu e as informações correspondentes foram fundidas no campo **modo de incorporação** pois, na prática, incluía uma área de registro de dados de caráter cultural, criando uma confusão com outro campo usado para inserção de dados sobre a **origem** da peça. Portanto, fundidos em um só, **modo de aquisição** e **procedência** da peça podem ser acessados de uma única vez e o campo **origem** deixa claro que se trata de um dado que pode estabelecer diferenças de tratamento do objeto sob o ponto de vista científico.

Sob o aspecto do método de abordagem científico, foram feitas consultas a docentes, colegas e alunos de pós-graduação do MAE em várias áreas especializadas, e pudemos proceder a alterações na nomenclatura de determinados descritores, buscando um entendimento maior da função do campo no processo de cadastramento de informações. Nesse caso, visou-se reduzir a carga interpretativa através do uso de denominações mais gerais. É o caso dos campos **cultura** e **etnia** que, em princípio separados, seriam utilizados ora pela área científica da arqueologia, ora da etnologia de maneira distinta, deixando sempre e necessariamente um campo em branco. Em uma segunda etapa, ambos foram fundidos e, finalmente, o descritor passou a ser denominado **grupo cultural / étnico** para não criar constrangimentos e evitar questões importantes de caráter conceitual a respeito das possíveis abordagens sobre as noções de cultura e etnia que não interessam em um sistema que visa o inventário dos bens do museu e sua organização sistemática. Nesse caso, essa discussão não é prioritária, não obstante, a busca por uma nomenclatura menos carregada de interpretações pode permitir uma aproximação otimizada por parte dos usuários do sistema.

Outro campo que desapareceu da ficha inicial foi o de **números anteriores**. Previsto para registrar todos os números das peças antes do pro-

cesso de fusão, deveria ser seguido de um outro campo de valor administrativo que seria o descritor **número de tombo**. Após avaliar a realidade institucional pude constatar a dificuldade que seria proceder ao 're-tombamento' de uma coleção que permanece ainda desconhecida em termos quantitativos. Tal investimento pareceu secundário e, no entanto, profundamente exigente em termos de método e de recursos materiais e humanos. Com as possibilidades que o sistema adaptado à informática proporciona, pudemos prescindir de tal projeto, assumindo que os números que existem são, de fato, aqueles que continuarão a identificar os objetos no MAE. Por outro lado, a nomenclatura do descritor alterou-se: de **número de tombo** passou para **número de registro institucional**. Isso porque a noção de Tombamento implica em um conhecimento e interpretação da legislação nacional a respeito, que determina que os bens arqueológicos e etnográficos pertencerão sempre à União devendo ser inscritos no *seu* Livro de Tombo. Mais uma vez, coerente com o propósito de não usar uma nomenclatura que pudesse incorrer em interpretações excessivas, a decisão tomada foi por identificar o campo pela palavra-chave **número de registro institucional**.

O MAE, assim como muitos museus, tem usado números de registro que têm validade somente no âmbito da própria instituição com a denominação equivocada de Tombo. No caso dos museus da USP, inseridos dentro da administração universitária, o processo de patrimonialização dos bens passa por várias instâncias e o significado do número de Tombo é muito restrito. A própria Universidade reconhece seu patrimônio através de outro sistema numérico, que, por sua vez, também está sendo reavaliado através do Sistema Mercúrio, que não apenas administra acervos mas também todos os bens móveis incorporados por compra ou qualquer outro modo de entrada.

A eficiência do trabalho com documentação de gestão museológica pode ser percebida nas várias instâncias de atuação do museólogo-documentalista que controla a organização, os modos de conservação e manipulação, uso e descarte de documentos sobre os objetos da coleção.

Assim, é necessário ressaltar qual o critério adotado para pensar o que é um documento que tenha interesse sob o ponto de vista da documentação de gestão museológica. Se formos considerar a defini-

ção bastante abrangente de que documento é uma “unidade constituída pela informação e seu suporte” (Camargo & Bellotto, 1996), teremos uma gama extensa de produtos que podem se enquadrar nessa categoria. No entanto, como tal definição procura ser ampla o suficiente para não incorrer no equívoco de eliminar produtos importantes que possam ser validados enquanto tal, constatamos, na prática, um excesso de papéis: blocos de anotações, rascunhos e cópias manuscritas de livros de registro, várias fotocópias de documentos de arquivo, levantamentos periódicos de problemas relativos aos dados ou às peças da coleção etc., foram seguidamente criados e recriados sem que os problemas fossem resolvidos tampouco as anotações descartadas. Isso gerou um acúmulo de informações dispersas, sem sistemática de acesso, dificultando os processos de guarda, criando excepcionalidades que foram tomadas por regra. Após a avaliação do conteúdo de tais registros de dados que passaram a ser identificados como ‘documentos’ verificou-se a necessidade de: 1) descartar o excesso de cópias e de papéis acumulados que repetem a mesma informação; 2) criar uma sistemática de verificação dos problemas apontados para busca de uma solução imediata; 3) sistematizar o processo de armazenagem, já que muitas cópias de registros estavam arquivadas em locais diferentes e com índices pouco esclarecedores.

Um dos exemplos a serem citados nesse caso, são as seguidas anotações feitas em épocas diferentes, em papéis avulsos fixados nas fichas catalográficas com o auxílio de grampos ou cliques (implicando também em um problema de conservação, já que as anotações podem se perder e o grampo enferrujar), além da criação de fichas duplas para a mesma peça ou ainda os apontamentos sobre numeração dupla para um único objeto.

No caso de numeração repetida, o problema pôde ser resolvido em caráter imediato apenas sob o ponto de vista do registro nas fichas apropriadas (e agora, no banco de dados). Quanto às anotações, o procedimento tem sido de verificação de várias hipóteses: 1) trabalhos feitos em épocas diferentes sem levar em conta levantamentos já efetuados em épocas anteriores. Tal procedimento pode ser justificado pela reiterada falta de informações sobre a fonte de referência para ratificação dos dados novos e o responsável pelo procedimento; 2) levantamentos pessoais para uso em trabalhos de pesquisa que acabaram por ser depositados nos arqui-

vos da documentação museológica<sup>13</sup> 3) verificações periódicas que não foram levadas a termo. Em todos os casos, o método aplicado tem sido o de registro categorizado do tipo de situação, controle dos dados, transposição dos dados sobre um único suporte autorizado, tomando o cuidado de anotar a origem das informações e data de preenchimento e eliminação sistemática de ‘ruidos’ no processo de organização, controle e acesso de informações.

Um documento, portanto, precisa ser reconhecido não apenas por seu formato e tipo, mas também pela historicidade que justifica sua produção, manutenção e reconhecimento público de seus efeitos enquanto tal. Sob o ponto de vista organizacional, também deve ser entendido por meio das formas de classificação e, primordialmente, pela maneira como é possível torná-lo acessível para o usuário.

Do mesmo modo, devem ser ressaltados os vários compromissos éticos que tem o documentalista de museus frente ao processo de salvaguarda. Princípios relacionados ao cuidado com a veracidade das informações prestadas, discrição e responsabilidade no acesso a coleções e a documentos, são obrigatórios em um ambiente em que o tratamento da informação transposta de documentos primários para fichas e bancos de dados, precisa prever rigor metodológico para que se evitem representações conceituais acentuadas e ‘correções’ relativas ao conteúdo dos documentos.

Um outro aspecto em que a documentação museológica difere radicalmente das bibliotecas é no acesso ao acervo, para as quais, ao menos por princípio, este é público e irrestrito. No caso da documentação museológica, a informação também é pública, porém, o museu como guardião de bens tem o direito de controlar a forma pela qual é feita a distribuição de informações e, cada vez mais, de imagens sobre a coleção, uma vez que é a partir do processo de divulgação que se molda a imagem institucional e a maneira pela qual será percebida socialmente.

(13) Nas antigas instituições que geraram o MAE foi um procedimento comum que os pesquisadores usassem para seus próprios fichamentos, o método das fichas catalográficas. Algumas foram diretamente incorporadas pelo serviço de documentação ao longo dos anos. Outras foram adicionadas às já existentes, sem que houvesse um descarte daquelas que continham informações repetidas.

Sob o ponto de vista aplicado em relação ao projeto CAB, a documentação museológica tem um papel que perpassa todas as fases do processo de trabalho: do rastreamento das peças ao inventário, da identificação em reserva técnica à organização da documentação primária.

O projeto CAB, através de exigências pragmáticas, permitiu uma redefinição da ficha catalográfica e sua necessária adaptação para o processo informatizado. Todavia, como uma das consequências (bem-vindas), tem exigido uma atuação em outras frentes: criação de glossários, levantamento de tipologias, materiais de composição das peças e estruturação de manuais de instrução e preenchimento de dados. Todos esse trabalhos são longos, crivados de detalhes importantes e necessitam de rigor metodológico para a compreensão do todo. Seu conteúdo deverá ser constantemente reavaliado. O primeiro manual de preenchimento e instrução elaborado por esta autora e usado para o trabalho prático com a ficha catalográfica está, agora, sendo adaptado para os descritores do banco de dados. Aqui cabe destacar que a documentação museológica atua na organização dos dados em duas frentes: técnica e científica. Não obstante, na segunda, é fundamental atuar multidisciplinarmente junto aos especialistas de cada área de conhecimento relativas às pesquisas desenvolvidas pelo Museu. Além disso, nos valem da ajuda de glossários e dicionários especializados já existentes.

Ainda sob o ponto de vista ético, cabe destacar o compromisso do museólogo-documentalista com a inscrição e manutenção de registros corretos. Longe de ser uma afirmação redundante, isso equivale a dizer, novamente, que interpretar evidências arqueológicas ou etnográficas é papel de cientistas e não de documentalistas. No entanto, tal aspecto ético não deve ser confundido com uma atitude passiva frente à necessidade de alterar informações incorretas. Muitas vezes, contribuições sob o aspecto científico geram informações completamente diferentes daquelas existentes até então. O documentalista de museus tem a obrigação ética de rever e atualizar constantemente os dados sobre as peças da coleção que gerencia, valendo-se de uma metodologia clara e que permita que a documentação reflita a realidade das pesquisas mais atuais sobre a coleção.

A documentação museológica, no entanto, não é uma metodologia de trabalho isenta. Todos sa-

bemos que as técnicas são orientadas culturalmente, ou seja, o sistema documental que os museus aplicam hoje, mais particularmente o MAE, reflete uma visão histórica sobre sua coleção e, no limite, a própria necessidade orgânica da existência de museus em nossa sociedade. Enquanto forem úteis culturalmente, será preciso que o sistema da documentação museológica reverbera essa necessidade. Assim, sob o ponto de vista dos métodos e técnicas aplicados à organização, armazenagem, controle de acesso, distribuição e descarte, o sistema documental, agora informatizado, permite a percepção de que os critérios de valoração em relação àquilo que é essencial face ao que é descartável ou secundário, é mutável, ou seja, faz parte de um momento histórico definido.

A salvaguarda física e simbólica de objetos e sua informação respectiva, ingressam no mundo da ética, como um sistema de valores aplicado ao gerenciamento patrimonial estabelecendo a necessidade de entendimento dos possíveis significados do patrimônio. Na seqüência, legitimam os processos de preservação e, finalmente, permitem a intervenção controlada para manter inalterados os aspectos documentais da coleção que se expressam tanto na sua materialidade quanto nos valores atribuídos (e, portanto, mais vulneráveis ao processo interpretativo). Dessa forma, é preciso estar consciente de que o museu, através da documentação museológica, legitima sua existência – culturalmente – e, ainda que um local que lida com a permanência, precisa conviver com processos de revisão que são constantes (ou deveriam ser), desde que o documento – não só o objeto mas suas informações – permaneça inalterado.

Se tomamos como certo o princípio de que são as informações sobre um objeto que o tornam significativo, então podemos afirmar que por meio do Projeto “Organização e Gerenciamento das Coleções Arqueológicas Pré-Históricas Brasileiras”, o MAE está tornando acessíveis informações fundamentais sobre uma parte expressiva de sua coleção. Tal informação foi tratada, organizada e está sendo disponibilizada em sistema, objetivando a reunião multidisciplinar de interesses comuns, tanto na área científica como naquela do gerenciamento, e contribuindo para que o MAE cumpra de maneira otimizada uma parcela fundamental de sua missão institucional.

BOTTALLO, M. The MAE/USP Brazilian Pre-Colonial Archaeology Collection: an exercise on museum registration methods. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 8: 257-268, 1998.

**ABSTRACT:** This actual study deals with describing the methods of work with museum registration management applied to the institutional reality of the MAE and more specifically based on the problems presented by the Brazilian Pre-colonial Archaeology Collection.

**UNITERMS:** Museum Documentation – Methodology – Collection Management – Data Bank – Cataloging Sheet.

### Referências bibliográficas

#### AMERICAN ASSOCIATION OF MUSEUMS

- 1984 *Caring for collections. Strategies for conservation, maintenance and documentation*. Washington, D.C., AAM.

#### BELLOTTO, H.L.

- 1998 A informação e o documento arquivístico. *Revista D'ART*, Departamento de Pesquisas do Centro Cultural São Paulo, 2:52-55.

#### BELLOTTO, H.L. & CAMARGO, A.M.A. (Coord.)

- 1996 *Dicionário de Terminologia Arquivística*, São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros, Núcleo Regional de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura.

#### FERREZ, H.D.; PEIXOTO, M.E.S.; GEMENTE, V.G.; DUNCAN, H.M.

- 1994 *Uma Experiência Brasileira em Automação de Museus: O Museu Nacional de Belas Artes*. Trabalho apresentado nas Conferências do ICOM – CIDOC – MCN, inédito.

#### MUSEU DE ETNOLOGIA

- 1989 *Informática e Museus*. Lisboa, Ministério de Educação, Instituto de Investigação Científica Tropical, Museu de Etnologia.

#### JOUKOWSKY, M.

- 1986 *A Complete manual of Field Archaeology. Tools and techniques of field work for archaeologists*. New York, Prentice Hall Press.

#### MORAES, J.L. & AFONSO, M.C.

- 1996 *Arqueologia Brasileira no MAE/USP: pesquisa, ensino, extensão e curadoria*. Texto apresentado na Semana de Museus da USP, no prelo.

#### NÉGRI, V.

- 1992 Les aléas juridiques des dépôts de fouilles. *Musées & Collections Publiques de France*, Revue de l'Association générale des conservateurs des collections publiques de France, 195: 7-18.

#### POLLEN, D.

- 1985 Inventing Historical Collections in the Small Museums. *Curator*, 28 (4): 271-283.

Recebido para publicação em 3 de novembro de 1998.